

MUÑOZ, José Eloy Hortal (coord.) (2021). *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*. Turnhout: Brepols Publishers n.v., 323 pp., ISBN:978-2-503-59159-9.

Coordenada por José Eloy Hortal Muñoz, a obra *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*, da coleção Habsburg Worlds, reúne um conjunto de artigos de alguns dos mais destacados historiadores da Época Moderna. O livro surgiu a partir do *workshop Spanish Royal Geographies in Early Modern Europe and America: Re-thinking the Royal Sites/ Geographies of Habsburg Politics and Religion*, que teve lugar na Universidade de York nos dias 4 e 5 de maio de 2017.

O fio condutor da obra passa por estudar os espaços régios que contribuíram para a afirmação do poder da Monarquia Hispânica na primeira metade do século XVII. O espaço é aqui entendido como propriedade das dinastias reinantes onde, em alguns casos, os próprios monarcas ou os seus representantes viviam. Assim sendo, acabavam por ser infraestruturas de natureza variada, nomeadamente capelas reais, paços, conventos e mosteiros. Foram importante instrumento da ação dos monarcas, contribuindo para a afirmação de uma unidade política convergente e obediente à Coroa. Foram, igualmente, importantes polos de difusão da espiritualidade moderna que não pode ser desligada, nestes espaços, das questões de natureza política. Como sublinha o editor, o espaço régio é fundamental para analisar a justificação do poder, compreender a preeminência das instituições eclesiásticas e temporais e estudar a relações da Monarquia Hispânica com a Santa Sé. Em síntese, o principal propósito do livro é aumentar o conhecimento e entendimento sobre os locais de afirmação do poder régio, numa perspetiva política e religiosa, na primeira metade do século XVII.

O volume está dividido em duas partes, sendo a parte I designada por *Royal Chapels* e a parte II intitulada *Royal Palaces, Convents and Monasteries*.

A primeira parte principia com o artigo de José Eloy Horta Muñoz, *Royal Chapels: Spirituality, Ceremonial and Integration of the Elites*, onde o autor sublinha o papel das Capelas Reais no processo de integração de elites, constituição de redes clientelares, bem como na afirmação da espiritualidade pós-tridentina. No século XVII viveram tempos de esplendor, pela magnificência da arquitetura e obras artísticas que as compunham, pelo número de pessoas que lhe estavam vinculadas e pelas cerimónias que patrocinavam. No campo da espiritualidade, o autor sublinha uma das dimensões mais relevante destas instituições: a disseminação da prática religiosa tridentina (cumprindo, assim, as diretrizes do

Concílio de Trento). As Capelas Reais eram constituídas por uma hierarquia de oficiais, designados capelães, recrutados no seio de importantes famílias da nobreza e aristocracia. O autor sublinha, igualmente, a existência de outros oficiais, caso dos pregadores e do mestre de cerimónias, e a sua relevância nas Capelas de alguns reinos, como no caso específico de Portugal. As particularidades destas instituições, no que concerne aos vínculos jurisdicionais, e a sua relevância enquanto centro de poder, determinaram a existência de conflitos, sobretudo com os poderes episcopais em alguns dos reinos que compunham a Monarquia Hispânica, como nos casos da Sicília e de Nápoles.

José Martínez Millán, no artigo *Spirituality at the Royal Chapel of the Alcázar of Madrid (16th-17th Centuries): The Triumph of Rome*, trata primeiramente a questão dos conceitos de Monarquia Universal e de Monarquia Católica. A Monarquia Hispânica acabou por ser um constructo político e só depois confessional. A ideia de Monarquia Universal foi adotada nos albores do século XVI e visava subordinar o poder do pontífice aos interesses do rei de Espanha. Todavia, esta ideia colapsou no período Filipino. A existência de movimentos no seio da Igreja dependentes diretamente do papado e a perda de influência espanhola na cúria romana, bem como instituições como a *Propaganda Fidei* (controlada diretamente pelo pontífice), determinaram o fim da ideia da Monarquia Universal, sendo substituída, nos primeiros anos do século XVII, pela ideia de Monarquia Católica. No campo da espiritualidade, o conceito de Monarquia Católica pressupunha a subordinação do poder régio ao poder papal. Tal facto evidencia-se através da adoção, por parte da Capela Real de Alcázar em Madrid, das cerimónias usadas na Capela Papal.

O artigo de Frabizio D'Avenia, *The Display of Royal Ecclesiastical Power: The Palatine Chapel of Palermo (1586-1713)* versa sobre a Capela Real de Palermo. No reinado de Filipe II, a capela foi renovada em termos humanos e materiais, com um número variado de clérigos e novas instalações. Conflitos jurisdicionais com o arcebispo de Palermo ocorreram neste período, com a Capela a reivindicar jurisdição própria sobre clérigos em detrimento do arcebispo de Palermo. Os conflitos, em matérias de precedências, também contribuíram para que a relação entre as instituições não fosse a mais positiva. Era uma das mais importantes instituições de Palermo, pela sua grandiosidade e influência, sendo um reflexo da grandeza do rei.

Ingnasi Fernández Terricabras, no texto intitulado *No King for a Palace: Royal Palaces and Chapels in Barcelona in the Seventeenth Century*, versa sobre uma questão relevante que se prende com a estruturação da Monarquia Hispânica: uma monarquia compósita formada por territórios diversos unidos sob o jugo do mesmo cetro. A existência dos palácios reais e a sua conservação no decurso

dos séculos foi determinada pelo cariz compósito da monarquia: o monarca reinava, de forma separada, em cada um desses territórios e para isso precisava da existência de palácios reais que estruturalmente e simbolicamente contribuíam para o reforço do poder régio e da unidade política. A questão simbólica dos espaços é relevada. Com efeito, mesmo após o estabelecimento da corte de forma permanente em Madrid (1561), os palácios reais mantiveram os seus atributos como casas do rei e da família real. O caso de Barcelona foi tratado em particular pelo autor. O território era constituído por vários palácios reais que vinham do período medieval, sendo dotado de novas infraestruturas nos séculos XVI e XVII. Uma das instituições mais relevantes do poder régio na Catalunha, à semelhança do que sucedia noutros reinos, era a Capela Real.

Emilio Callado Estela, com o artigo *Changes and Continuity in the Royal Chapel of Valencia during the Seventeenth Century*, debruça-se sobre a Capela Real de Valência, parte integrante da coroa da Aragão, com a sua origem a se fixar no século XIII. Foi reformada no tempo de Filipe II e no século XVII, por dificuldades económicas, as receitas foram objeto de uma recomposição, através da instituição de pensões no arcebispado de Valência. Os rendimentos dos oficiais acabaram por ser igualmente reformados, sendo atribuídos benefícios paroquiais aos capelães que viram assim aumentar consideravelmente os seus réditos. A instituição era composta por membros das elites de Valença, contribuindo deste modo para cimentar as relações das elites com a Coroa. Tudo isto fez parte integrante de um processo, cujo principal propósito passava pela afirmação do poder real.

Guilhermo Nieva Ocampo e Ana Mónica González Fasani trazem à colação um artigo designado *Lima and the Ecclesiastical Entourage of the Viceroy (1600-50): The Royal Chapel*. O artigo foca-se na Capela Real, nos propósitos da fundação e da sua natureza, bem como nos oficiais que a constituíam. O Palácio Real, em Lima, do qual fazia parte a Capela, constituía-se como importante afirmação da grandeza do poder da Coroa. A capela e respetivos capelães acabavam por ser financiados a partir de tributos e dos réditos das propriedades que lhe estavam vinculadas. Na escolha dos capelães, dava-se preferência aos oriundos do Colégio Real de S. Filipe e de S. Marcos de Lima. Os capelães exerceram diversas funções ao longo da vida, enquanto cónegos e professores universitários. Alguns exerceram, ainda, funções na administração da diocese de Lima, como visitantes e provisores. A instituição foi relevante para afirmação do poder régio, através da criação de redes clientelares dependentes do poder real.

A segunda parte inicia-se com um artigo de José Eloy Hortal Muñoz, *Royal Palaces, Convents and Monasteries: The Presence of the Sovereign, Integration of*

the Realms and Kingdoms and Religious Practices. O autor contextualiza a existência dos palácios, conventos e mosteiros de fundação régia, bem como a sua importância na Monarquia Hispânica enquanto instrumentos de ação política e religiosa. A relevância destas infraestruturas era tal que as reformas urbanas realizadas no período barroco tiveram em consideração o espaço/localização dos palácios reais. Nem todos os palácios se constituíam como residência dos monarcas ou dos seus representantes. Todavia, mesmo nestes casos, não deixavam de ser símbolos do poder real. Por outro lado, construídos em épocas anteriores, acabavam por, no tempo dos Habsburgos, contribuir para a afirmação de uma linha de continuidade dinástica que, no plano simbólico, servia para legitimar o poder da Coroa. Mas havia outras instituições relevantes neste processo de conformação de cerimónias régias. Os conventos e mosteiros, patrocinados pelo rei, desempenharam papel fundamental nos planos político e religioso, em virtude da relação que mantinham com a dinastia reinante. A importância destes locais era insofismável, uma vez que entrecruzavam aspetos políticos e religiosos através do esplendor do cerimonial. A isto acresce o facto de alguns se terem constituído como panteões régios. Desempenharam, de igual modo, papel de destaque no processo de atração de fiéis para uma espiritualidade mais fervorosa através das relíquias que albergavam. Também foram relevantes na projeção de confrarias e irmandades, bem como na promoção de programas artísticos e arquitetónicos

O texto de Víctor Mínguez Cornelles, *Court Spaces and Dynastic Piety at the Royal Convents of Madrid (16th-17th Centuries)*, remete para a fundação de conventos em Madrid no âmbito da afirmação do poder filipino. Filipe II escolheu o local como residência real, pela sua localização – central na Península Ibérica –, clima e existência de um conjunto de palácios nas proximidades. A localidade foi dotada de instituições religiosas pelo facto de ser sede da Coroa. A criação do Mosteiro das Descalças, fundado por Joana de Áustria, filha de Carlos V e regente de Espanha na ausência do irmão Filipe II, bem como a fundação do Real Mosteiro de S. Isabel e do Real Convento da Encarnação, por Filipe III, obedeceram a um plano de reforço de instituições eclesíásticas no local. Os conventos, que se transformaram em grandiosos relicários, foram utilizados para a afirmação do culto patrocinado pela Coroa, centrado na devoção mariana e em santos cuja devoção era cara aos membros da família real. Serviram, ainda, como panteões familiares. Estas instituições patrocinavam grandiosas cerimónias, como por exemplo o próprio funeral de Filipe IV. As exéquias do rei foram pautadas pela espetacularidade, sendo realizadas num cadafalso ricamente decorado, ornamentado com colunas.

O artigo de Henar Pizarro Llorente, *The influence of Rome on Spirituality in*

the Royal Convents of the Habsburg Netherlands: The Foundation of the Capuchin Convent at Tervuren (1621-33), trata, como o próprio título explicita, da fundação do mosteiro capuchinho de Tervuren. O autor narra a história da fundação do convento, em 1626, por Isabella Clara Eugenia, esposa do arquiduque Alberto. Os esforços dos arquiducos, para restaurar o catolicismo nos Países Baixos foram feitos pela via da afirmação das instituições religiosas, entre as quais se contavam os Carmelitas Descalços. Neste artigo sobressai o papel de Juan Bautista Vives no processo de instituição do cenóbio, dada a sua proximidade com a cúria romana e com os Carmelitas Descalços. O mosteiro resultou das últimas vontades da arquiduquesa Isabella, coincidindo com o desejo de viver a religião de acordo com os seus próprios valores espirituais: meditação e isolamento.

José Pedro Paiva, no artigo intitulado *The Presiding Religious Influence of an Absent King*, analisa a asseveração de Filipe II, nos primeiros momentos enquanto rei de Portugal, através de formas e expressões de espiritualidade e religiosidade. O monarca concitou o apoio da clerezia do reino, num plano de afirmação do poder régio que passava por atrair as elites eclesiásticas para a sua esfera de influência. Em troca, favoreceu aqueles que o apoiavam, através de mercês que se estendiam aos respetivos familiares. O plano foi bem-sucedido. Em finais da década de 1570, os bispos portugueses estavam, na sua grande maioria, do seu lado, pois perceberam que Filipe II manteria os privilégios da Igreja portuguesa, não sendo possível resistir ao seu poder e, com esta atitude, evitariam um conflito armado. O processo de afirmação do monarca foi feito através da utilização de espaços régios e de faustosas cerimónias religiosas. Dos inúmeros exemplos que se colhem no artigo, de destacar, pela magnificência do ritual, a entrada triunfal em Lisboa. O artigo ressalta que a Capela Real foi uma das primeiras instituições alvo de atenção por parte do rei, tendo sido objeto de renovação nos primeiros tempos do reinado. Filipe II patrocinou a existência de uma nova Capela, no Paço da Ribeira, que acabou por se tornar num instrumento de controlo da elite eclesiástica e de promoção de clientelas. O autor sublinha, igualmente, o papel do rei na existência de um novo panteão em Lisboa. A escolha foi criteriosa. Apontou o local – mosteiro de S. Vicente, que já existia desde os tempos de D. Afonso Henriques –, assegurando, no plano simbólico, a linha de continuidade com as dinastias anteriores. Em termos simbólicos de destacar, também, o próprio patrono S. Vicente. O santo era natural de Aragão, do mesmo local onde nasceu S. Lourenço, padroeiro do Escorial, tendo este mosteiro tido influência na igreja de S. Vicente, sobretudo no que se refere às características da fachada.

Através do artigo de Immaculada Rodríguez Moya, *The Spaces of Monarchy*

in the Kingdom of Valencia – Political and Religious Practices (16th-17th Centuries) vislumbra-se, pelo prisma das cerimónias festivas que ocorriam em palácios e mosteiros de patrocínio real, a forma como o poder régio se afirmou em Valência. O reino fazia parte da Monarquia Hispânica, integrando a Coroa de Aragão no século XVI. As cerimónias e rituais que se sucederam no Palácio Real e no Mosteiro de S. Miguel de los Reyes serviram para criar uma coesão política. A autora descreve, em particular, estes espaços, pormenorizando o Palácio Real, que remonta ao período medieval, e a Capela Real que lhe estava associada.

Nicoletta Bazzano, no artigo *Power, Politics and Religion: The Viceregal Court and the Royal Convents in the Kingdom of Sardinia (15th-17th Centuries)*, analisa os espaços régios mais relevantes de Cagliari. Ressalta do artigo a referência à sepultura de Martim I, rei da Sicília (1309-1409), de descendência aragonesa, falecido em Cagliari no ano de 1409, sendo um dos principais conquistadores da ilha. No século XVII foi feito um novo túmulo, de uma grandeza extraordinária, patrocinado pelo vice-rei, que acabou por se tornar num poderoso instrumento de propaganda política. A autora faz, igualmente, referência a conventos que estavam sob o patronato real, como por exemplo a casa das Mercedarias, uma organização importante para a promoção política da Coroa e de alguns cultos. Com efeito, foi responsável pela promoção do culto da Madonna di Bonaria, um local visitado por bispos e vice-reis antes de procederem à entrada solene na cidade.

O artigo que encerra a obra é de José Eloy Hortal Muñoz e intitula-se *Royal Sites as Key elements of the Political and Religious Relationship between the Spanish Monarchy and the Holy See: The Permeation of the Spirituality of Rome*. Trata-se de uma síntese que retoma algumas das principais ideias veiculadas pelos autores do livro. Sublinhe-se a questão da espiritualidade, crucial para o entendimento dos tempos Modernos, quer em matérias estritamente religiosas, quer em assuntos de natureza política dos territórios que faziam parte da Monarquia Hispânica. Os espaços régios foram portentosos instrumentos de afirmação do poder, asseverando a presença simbólica de um monarca sempre ou quase sempre ausente de muitos desses territórios.

Em suma, nos artigos que constituem este livro vislumbra-se, com clareza, a relevância dos espaços régios na afirmação do poder da Coroa em espaços onde política e religião se entrecruzavam. A melhor forma de compreender tais contextos passa, obrigatoriamente, pelos prismas da política, da religião e da espiritualidade. O livro centra-se sobretudo na Europa, uma vez que apenas um artigo remete para locais periféricos do império. Percebe-se que, nos territórios europeus, o processo ocorreu de forma similar através de variáveis

que passavam pela constituição de clientelas, pela afirmação de correntes de espiritualidade e pela realização de rituais e cerimónias. Contudo, uma visão mais alargada ao império justifica-se, por forma a entender se os processos foram semelhantes aos tratados neste livro ou se obedeceram a variáveis de natureza diversa.

JOÃO NUNES
Instituto Politécnico de Viseu
jnunes@esev.ipv.pt

